

CINEMATECA PORTUGUESA-MUSEU DO CINEMA
A CINEMATECA COM O DOCLISBOA: PAUL LEDUC
19 e 25 de outubro de 2024

ETNOCIDIO: NOTAS SOBRE EL MEZQUITAL / 1977

Um filme de Paul Leduc

Realização: Paul Leduc / *Argumento:* Roger Bartra, Paul Leduc / *Montagem:* Rafael Castanedo, Paul Leduc, J. Richard Robesco / *Câmara:* Georges Dufaux, Angel Goded (segunda câmara) / *Assistência à Câmara:* Fernando Robles, Leoncio Villarias / *Som:* Serge Beauchemin / *Produção:* Vicente Silva, Jean-Marc Garand, Bosco Arochi / *Chefia de Produção:* Carlos Resendi / *Pós-produção:* Gilles Péloquin / *Mixagem:* Jean-Pierre Joutel / *Gestão de Produção:* Thelma Meraz, Françoise Berd / *Coordenação:* André Paniagua, André Paquet / *Cópia:* DCP, cor e preto-e-branco, falado castelhano e francês com legendagem em inglês e eletrônica em português / *Duração:* 130 minutos / *Estreia Mundial:* 17 de março de 1977, Canadá / *Inédito comercialmente em Portugal / Primeira passagem na Cinemateca.*

Quando a história do documentário arranca, fá-lo pela raiz, debruçando-se sobre a cultura, rituais e a temporalidade específica do povo indígena a viver nas planícies áridas da paisagem americana. Mesmo quando a ficção, num dos seus géneros dourados, atinge um ponto de rutura ou de saturação qualquer, vai virar-se para ela, a paisagem, quer dizer, vira-se para eles: os povos originais e originários. A paisagem é (d)eles, algo que é posto assim em evidência no documentário pioneiro de Edward S. Curtis, **In the Land of the Head Hunters** (1914), e no último *western* de John Ford, **Cheyenne Autumn** (1964). E além deles, e fora de portas, no país-vizinho do México, como é que os povos indígenas foram esquecidos ou lembrados? Paul Leduc, cineasta sob influência de Jean Rouch, inicia a investigação a partir do caso do povo otomi, a viver no Vale Mezquital (Estado de Hidalgo).

Se, em **Chronique d'un été (Paris 1960)** (1961), Rouch acedeu ao convite de um sociólogo, Edgar Morin, para abordar problemas relacionados com a juventude a viver em Paris no ano de 1960, Leduc apoia-se nos estudos de Roger Bartra sobre a identidade mexicana e numa série de pesquisas que este último conduziu no Vale do Mezquital, em conjunto com um grupo do Instituto de Investigações Sociais da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Como o próprio Leduc reconhece no final do filme, num cartão explicativo: “A realização deste filme só foi possível graças às investigações efetuadas entre 1971 e 1976 pelo projeto ‘estructura socioeconómica y sistemas de dominación em el Valle del Mezquital’, patrocinado pelo PIVM e pelo Instituto de Investigações Sociais da UNAM.”

Complementando – e com isso atualizando – algumas das conclusões do sociólogo nas suas pesquisas sobre o povo otomi, Leduc divide o seu documentário de natureza mais observacional do que expositiva (apresenta textualmente algumas estatísticas, mas não contém narração e consagra, em discurso direto, vários testemunhos dos próprios homens e mulheres otomis) num conjunto de verbetes significativos, que vão de A (Antecedentes) a Z (Zimapán), e que o ajudam a estruturar a narrativa deste povo e a nós, espectadores, a compreendermos a magnitude do “etnocídio” denunciado logo no título. O massacre perpetrado por caciques de terras em 1968 é um dos destaques nesta história de atrocidades cometidas contra o povo otomi, sempre com o consentimento ou valendo-se da inoperância de um Estado que ignora a situação dos povos

nativos. As estatísticas são, de facto, alarmantes: 46% da população não tem acesso a água potável, 50,3% das mortes são causadas por doenças contagiosas e há um médico por cada 3020 pessoas.

Uma das entradas mais pungentes talvez seja a “H de História”, surgida quase rigorosamente a meio do filme, em jeito de interlúdio narrativo. Em suaves *travellings* e *zoom outs* – uma fluidez de câmara, e um tipo de auscultação ao tempo e à memória, a fazer lembrar **Méditerranée** (1963) de Jean-Daniel Pollet ou mesmo **Nuit et brouillard** (1955) de Alains Resnais – Leduc percorre marcas de uma história ancestral outrora gloriosa, hoje reduzida a ruínas ou, *hélas*, plenamente *musealizada*. A dado momento, um idoso, esquecido entre montanhas de papel, fita o vazio e fita-nos a nós, espectadores (olhar replicado numa imagem conservada num paralítico, nos últimos instantes do filme). Depois, a câmara já só filma caixões, com a marca da cruz de Cristo, sendo que sobre eles uma mãe com o filho pequeno ao colo parecem chorar, mas em silêncio, quer dizer, intimamente, o destino que coube a todo um povo. A história – *esta* história – continua no filme a ser narrada *vinda de dentro*, quer dizer, não (mais uma vez) contada pelos opressores, mas, desta feita, pelos oprimidos, com os pés na terra, imersos numa paisagem viva. Leduc é claro quanto a isto: os otomis que vivem ou sobrevivem devem ser vistos (e são ouvidos) fora do Museu de Antropologia onde a sua história se quer apreciável – e capitalizada – enquanto “coisa morta”.

Mais do que denunciar de maneira simples um genocídio já em curso, Leduc procura fazer do seu filme uma *forma de resistência* contra a contínua perseguição a que este povo parece estar votado. Estamos longe da perspectiva melancólica de Curtis ante o povo índio, procurando afirmar a sua singularidade cultural em vias de extinção; estamos, isso sim, face à mais do que certa condenação a uma completa extinção. Leduc já não crê na reabilitação da memória cultural de todo um povo e apenas se precipita em salvá-lo do seu fim físico ou, o que acaba por ser igual ou pior, resgatá-lo de um implacável processo de “desumanização”: o esquecimento ou negligência do governo central, a destruição das terras e das águas, o caciquismo dos proprietários das terras, a violência e a exploração económica, e a chacina propriamente dita são chagas aqui encaradas de frente, num “dicionário” do extermínio por vezes necessariamente áspero e sempre de uma corajosa frontalidade.

Luís Mendonça